

## Desbloqueio à vista

*Com arrecadação acima do esperado em R\$ 10 bi, governo tem espaço para liberar recursos*

MARTHABECKE BÁRBARA NASCIMENTO

BRASÍLIA - Com a arrecadação turbinada pelo reaquecimento da economia e pelo Refis, a equipe econômica pretende liberar uma parte do bloqueio de R\$ 16,2 bilhões feito no Orçamento de 2018. Segundo integrantes do governo, as receitas ficaram cerca de R\$ 10 bilhões acima do esperado no início do ano. Diante disso, já há espaço para desbloquear uma parte dos recursos. O valor ainda está sendo fechado. Os técnicos lembram que R\$ 8 bilhões do total de R\$ 16,2 bilhões represados no início de fevereiro se referem à operação de privatização da Eletrobras, que ainda está cercada de incertezas e poderia provocar alguma frustração de receitas. Esse risco, contudo, foi minimizado pelo bom desempenho da arrecadação. — Como a arrecadação teve uma performance acima do esperado, cerca de R\$ 10 bilhões, não é preciso manter todo o bloqueio — explicou um técnico do governo.

Esse cenário, no entanto, ainda está longe de configurar um quadro fiscal favorável. Isso porque as despesas públicas são hoje limitadas por um teto (segundo o qual os gastos só podem crescer com base

na inflação do ano anterior). Assim, mesmo que a arrecadação venha muito acima do esperado até o fim do ano, isso não representará, necessariamente, uma ajuda no fechamento das contas. Para piorar, as medidas que o governo negocia hoje com o Congresso — colocadas como uma pauta prioritária depois da suspensão da reforma da Previdência — pouco ajudam do lado das despesas. As ações mais importantes de contenção de gastos, a reoneração da folha de pagamento das empresas e o adiamento do reajuste dos servidores públicos, estão travadas.

### A PRESSÃO DO TETO DE GASTOS

A postergação do aumento do funcionalismo, que daria uma economia de R\$ 4,4 bilhões em 2018, foi suspensa por liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) no fim do ano passado e aguarda julgamento do mérito na Corte. Os próprios técnicos do governo admitem, contudo, que, quanto mais tempo se passar, menores serão as chances de o governo vencer a disputa, pois os servidores já começaram a receber o aumento no contracheque. O projeto da reoneração da folha, por sua vez, que originalmente deveria gerar impacto positivo de R\$ 5,6 bilhões para os cofres do governo este ano, foi desidratado, o que pode fazer com que esse resultado caia pela metade.

— A ótica agora é pelo lado do teto de gastos. Ele é mais restritivo do que a meta fiscal. Assim, aumentos grandes na receita se tornam irrelevantes. Se a despesa bater no teto, o governo necessariamente tem que contingenciar — afirmou um técnico. Gabriel Leal de Barros, diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), vinculada ao Senado Federal, analisa que, para este ano, o risco fiscal ainda é relativamente baixo.

Isso porque, em 2017, o governo conseguiu entregar despesas R\$ 50 bilhões abaixo do teto dos gastos. Como o limite aumentou mais R\$ 39 bilhões para 2018, há uma folga que dá à equipe econômica alguma margem de manobra se as medidas não forem aprovadas. Para 2019, no entanto, o cenário está muito apertado. Barros avalia que o governo terá muita dificuldade de conter as despesas e corre risco de desrespeitar o teto de gastos no ano que vem e ter de fazer um shutdown, ou seja, paralisar a máquina pública. Os maiores riscos, segundo ele, vêm, justamente, de uma possível não aprovação da reoneração da folha e de uma decisão desfavorável do STF sobre o adiamento do reajuste dos servidores. Isso porque, nesses dois casos, o governo conseguiria abrir espaço para manejar as despesas. — Do ponto de vista da despesa, teremos problemas em 2019. Na ausência de reformas, de reduções na despesa obrigatória,





iremos bater no teto de gastos. A reoneração contribuiria porque cortaria uma despesa sujeita ao teto e abriria espaço fiscal, o que ajuda a minimizar o descumprimento do teto — disse Barros.

## E L E T R O B R A S : PRIVATIZAÇÃO PODE FICAR PARA 2019

A dificuldade do governo nas negociações com o Congresso não está apenas nas medidas de despesa. O governo foi derrotado já no início da semana, quando os parlamentares aprovaram em comissão especial a medida provisória (MP) que tributa os fundos de investimento exclusivos, retirando do texto a

previsão de retroatividade da cobrança. Isso significa que a alteração na forma de incidência do Imposto de Renda (IR) passaria a valer apenas para rendimentos e aplicações feitos a partir de 1º de janeiro de 2019 e não sobre todo o estoque de rendimentos já existente. Segundo os técnicos do governo, isso fará com que a arrecadação estimada caia de R\$ 6 bilhões para zero.

— Se for assim, não tem mais sentido a existência da MP. Ninguém vai aplicar mais neste fundos sabendo que terá tributação anual sobre as valorizações das cotas — disse ao GLOBO um técnico do Fisco. Um interlocutor do Ministério do

Planejamento concorda que a medida perdeu seu objetivo: — Ficou horrível. Nós perdemos toda a arrecadação. Para a gente, é até interessante passar a tributar daqui para frente, mas perdemos o objetivo principal da medida. A privatização da Eletrobras também passou a ser vista pelos técnicos como algo mais provável para 2019. Eles admitem que o calendário eleitoral e outros fatores (como Copa do Mundo) devem atrasar o andamento dos trabalhos no Congresso. Assim, a operação seria aprovada na Câmara ainda no primeiro semestre de 2018, mas só seria apreciada pelo Senado no fim do ano, depois das eleições.

## O FUTURO DAS CONTAS

EQUILÍBRIO FISCAL AINDA ESTÁ CERCADO DE INCERTEZAS



### MEDIDAS FISCAIS DA PAUTA PRIORITÁRIA DO GOVERNO

|                                                                |                                                                                                                                                                         |
|----------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Reforma do PIS/Cofins                                          | Proposta é polêmica e ainda não saiu do Executivo                                                                                                                       |
| Regulamentação do teto remuneratório                           | Proposta está parada na Câmara dos Deputados                                                                                                                            |
| Privatização da Eletrobras                                     | O governo espera votar o texto na Câmara no primeiro semestre, mas a apreciação no Senado deve ficar para depois das eleições                                           |
| Reoneração da folha                                            | Incluindo aumento de arrecadação e redução de despesas com a Previdência<br>IMPACTO ESTIMADO: <b>R\$ 5,6 bilhões</b><br>COM MUDANÇAS DO RELATOR: <b>R\$ 2,8 bilhões</b> |
| Tributação de fundos de investimento exclusivos                | IMPACTO ESTIMADO: <b>R\$ 10 bilhões, sendo R\$ 6 bilhões para a União</b><br>Com as mudanças propostas pelo relator, a arrecadação ficará próxima de zero               |
| Adiamento do reajuste dos servidores de 2018 para 2019         | O STF suspendeu o adiamento por meio de liminar. O mérito ainda vai ser julgado pela Corte. Economia estimada era de <b>R\$ 4,4 bilhões</b>                             |
| Aumento da contribuição previdenciária dos servidores públicos | O STF suspendeu a cobrança por meio de liminar. O mérito ainda vai ser julgado pela Corte. Arrecadação estimada era de <b>R\$ 2,2 bilhões</b>                           |

Fonte: Ministério do Planejamento

Editoria de Arte

## Governo quer cortar R\$ 51 bi de despesas

*Equipe econômica estuda cancelar parte dos ‘restos a pagar’ previstos para este ano na tentativa de cumprir a ‘regra de ouro’ do Orçamento*

Adriana Fernandes  
Idiana Tomazelli

Para cumprir a regra de ouro das contas públicas, a equipe econômica vai propor ao presidente Michel Temer o cancelamento de R\$ 51 bilhões de recursos que foram prometidos em 2017 e anos anteriores, mas postergados para pagamento este ano – os chamados ‘restos a pagar’. O governo precisa arrumar de R\$ 80 bilhões a R\$ 100 bilhões em recursos extras para garantir o cumprimento da regra de ouro este ano. Prevista na Constituição, essa norma impede que o País se endivide para pagar despesas correntes, como salários e conta de luz, por exemplo. O descumprimento configura crime de responsabilidade fiscal. Os restos a pagar são o termo técnico para designar despesas programadas (ou empenhadas), mas que não chegaram a ser liquidadas (ou seja, o produto ou serviço não foi efetivamente adquirido) e foram transferidas para o Orçamento do ano seguinte.

O empenho é, na prática, o primeiro estágio da despesa no

Orçamento, seguido depois pela liquidação e pelo pagamento. Segundo apurou o Estadão/Broadcast, o cancelamento vai atingir os restos a pagar que ainda estão no primeiro estágio da despesa. No jargão dos técnicos da área econômica, eles são chamados de “não processados” e, por isso, afetam menos os projetos do governo já em andamento. Mais afetados. Dados do Tesouro mostram que, dos R\$ 155 bilhões de estoque de restos a pagar, 64,5% foram registrados em 2017. São, portanto, despesas recentes. O restante corresponde a valores empenhados em anos anteriores. A maior parte são despesas dos ministérios de Educação (R\$ 23,62 bilhões) e Saúde (R\$ 21,88 bilhões).

Do total, 70,2% são despesas com investimentos. A proposta do governo a ser apresentada ao presidente é cancelar 40% dos restos a pagar “não processados”, que em 2018 chegaram a R\$ 128 bilhões do total de R\$ 155 bilhões. Os outros 60% (R\$ 77 bilhões) serão reinscritos novamente no Orçamento. Cada ministério vai definir as despesas que serão canceladas. Para isso, o presidente terá de editar um decreto. Nem todo o volume de R\$ 51 bilhões de despesas canceladas abre espaço para o cumprimento da regra de ouro. A expectativa é de que pelo

menos R\$ 30 bilhões poderão ser aproveitados para reduzir o rombo da regra de ouro em 2018 – que é de R\$ 208,6 bilhões, mais uma folga de aproximadamente R\$ 20 bilhões para evitar surpresas.

A edição dessa MP depende, porém, de consultas feitas ao Tribunal de Contas da União (TCU), para as quais o governo espera ter uma resposta positiva. Uma das consultas é sobre a possibilidade de desvinculação de recursos do Fundo de Fiscalização de Telecomunicações (Fistel), que tem arrecadação bilionária e poucos gastos. A outra consulta é sobre a possibilidade de desvincular receitas obtidas como compensação financeira pela exploração de petróleo, gás e recursos minerais. A extinção do Fundo Soberano do Brasil deve garantir mais R\$ 26 bilhões para cumprir a regra de ouro. Além da devolução de R\$ 130 bilhões que será feita este ano pelo BNDES.

‘Regra de ouro precisa ser revista’, diz Felipe Salto

Para o diretor executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, Felipe Salto, o grande problema da regra de ouro tal como está sendo aplicada hoje no Brasil é que ela tem sido cumprida ao mesmo tempo em que o governo federal gera





déficits correntes nas suas contas (ou seja, despesas maiores do que as receitas, sem contar os gastos com juros). “O déficit corrente deveria ser um dos males mais combatidos porque, na verdade, ele representa receitas correntes menos despesas correntes, sem investimento”, afirma.

Segundo ele, a regra de ouro preconizava a busca de resultados correntes equilibrados, no mínimo,

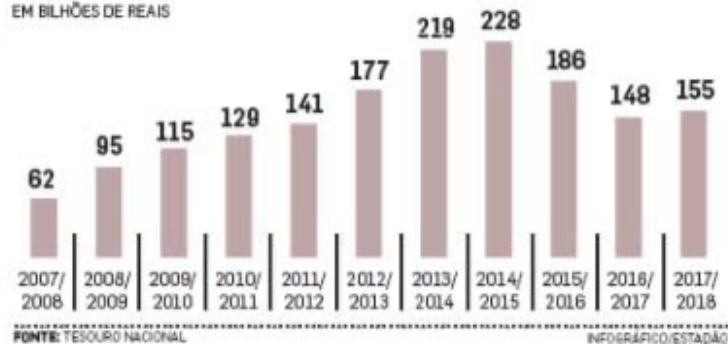
podendo-se fazer dívida única e exclusivamente para investir. Para Felipe Salto, a regra de ouro é importantíssima, porque é a única no arcabouço institucional do País que embute uma preocupação com a qualidade do gasto e com a necessidade de estimular investimentos. “Mas para que funcione melhor é preciso que seja revisitada e melhor debatida”, afirma o diretor do IFI.

## EMPURRANDO COM A BARRIGA

● Governo aumenta o represamento de restos a pagar para este ano

### Valores

EM BILHÕES DE REAIS



» **No forno.** O Ministério do Planejamento deve encaminhar ao presidente Michel Temer, para publicação na segunda-feira, uma medida provisória que remaneja R\$ 190 milhões ao Ministério da Defesa para ajudar nos planos emergenciais com venezuelanos.